

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1003814-61.2017.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Pagamento</b>
Requerente:	<b>Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico</b>
Requerido:	<b>Opto Eletrônica S/A</b>

**UNIMED SÃO CARLOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** ajuizou ação contra **OPTO ELETRÔNICA S/A**, pedindo a condenação ao pagamento da importância de R\$ 427.787,55, correspondente ao saldo devedor de contrato de prestação de serviços médicos, ambulatoriais e hospitalares.

Citada, a ré contestou o pedido, arguindo preliminarmente a existência de título executivo, pelo que dispensável o recurso ao processo comum. Quanto ao mérito, afirmou a oportunidade de revisão de cláusulas contratuais e questionou algumas prestações cobradas. Pediu gratuidade processual.

A autora refutou tais alegações, juntou outros documentos e impugnou o pedido de gratuidade.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A circunstância de encontrar-se a ré sob recuperação judicial não é bastante para conceder-lhe o benefício da gratuidade processual. Soa mesmo contraditório pleitear o benefício, pois caso não tenha aptidão para atender as despesas deste processo, certamente não terá também para atender seus credores. E provavelmente já está pagando ou pagará honorários compatíveis com o profissional que patrocina o pedido de recuperação judicial e também com o administrador nomeado pelo juízo, ilógico ser dispensado de pagar honorários ao advogado da parte contra quem esteja litigando. Indefere-se o pedido.

A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial (Código de Processo Civil, artigo 785). Portanto, mesmo que por hipótese se admitisse a existência de título executivo, a autora poderia recorrer a esta espécie de processo.

**1003814-61.2017.8.26.0566 - lauda 1**

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É incontroversa a existência de contrato de prestação de serviços médicos entre as partes, em razão do qual a ré deve pagar para a autora o custo mensal.


Os juros moratórios praticados, 1% ao mês, são admissíveis na legislação civil.

A ré alegou desconhecer algumas prestações (fls. 416), as quais, no entanto, estão demonstradas em regulares faturas apresentadas pela autora, com a petição inicial, das quais se extrai convicção quanto à existência da dívida (p. ex., fls. 167/168).

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno **OPTO ELETRÔNICA S. A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** a pagar para **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** a importância de R\$ 427.787,55, com correção monetária e juros moratórios à taxa de 1% ao mês, subsequentes àqueles já contabilizados na planilha de fdls. 63, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 01 de agosto de 2017.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**